



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 77, DE 2010

(nº 109/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Mario Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande curva decorativa na base.

Brasília, 5 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIO VILALVA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Lutz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARIO VILALVA

CPF.: 41019032715

ID.: 6387 MRE

28/06/1953 Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

20/12/1965 IRBr, concurso direto

06/02/1976 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro

31/03/1976 Divisão da América Meridional I, assistente

14/10/1976 Departamento das Américas, assessor

11/12/1976 Direito pela Universidade do Distrito Federal

07/07/1978 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro

26/10/1978 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário

02/03/1979 Segundo Secretário em 2 de março

15/09/1981 CAD - IRBr

21/10/1982 Embaixada em Pretória, Segundo e Primeiro Secretário

29/06/1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho

15/04/1985 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário

27/07/1987 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor

09/02/1988 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor

30/06/1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho

16/03/1990 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto

28/02/1991 Embaixada em Lisboa, Conselheiro

30/06/1993 CAE - IRBr, A política externa da África do Sul: do isolamento à convivência. Reflexões sobre as relações com o Brasil

04/10/1993 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador

30/06/1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho

19/01/1995 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

09/03/1995 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial

02/05/1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

24/06/1995 Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial

04/10/1995 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial

23/10/1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

19/11/1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial

29/01/1996 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe do Gabinete

04/03/1996 Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral

28/08/1996 Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador

04/07/1999 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário de Assuntos Internacionais

05/07/1999 Comissão de Financiamento Externo do MPOG, Secretário-Executivo

04/09/2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral

29/12/2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro

31/05/2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

21/07/2002 Ordem do Mérito, Polônia, Oficial

11/06/2003 Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial

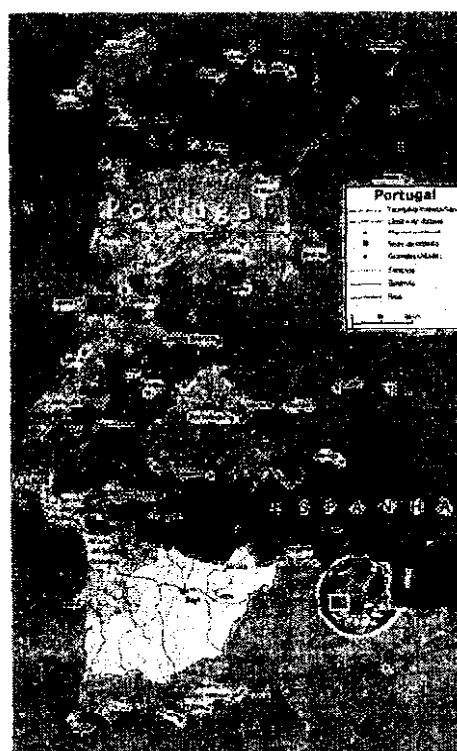
11/07/2003 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz

23/07/2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
07/10/2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Grande Oficial
15/12/2003 Ordem do Cedro, Líbano, Comendador
05/02/2004 Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz
20/04/2004 Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz
03/03/2006 Ordem Légion d'Honneur, França, Oficial
24/07/2006 Embaixada em Santiago, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA

INFORMAÇÃO SOBRE PORTUGAL



FEVEREIRO DE 2010

INDICE

<u>DADOS BÁSICOS</u>	3
<u>RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS</u>	8
<u>ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS</u>	10
<u>POLÍTICA INTERNA</u>	13
<u>POLÍTICA EXTERNA</u>	14
<u>CRONOLOGIA HISTÓRICA</u>	16
<u>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</u>	17
<u>ATOS BILATERAIS</u>	18

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Lisboa
ÁREA:	92.391 km ²
POPULAÇÃO (JULHO 2009):	10.707.924 habitantes
IDIOMAS:	Português (oficial)
GRUPOS ÉTNICOS:	Catolicismo (84,5%)
REGIME DE GOVERNO:	Semi-presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Aníbal António Cavaco Silva
CHEFE DE GOVERNO:	José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
CHANCELER:	Luís Filipe Marques Amado
PIB NOMINAL (2009):	US\$ 219,8 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2009):	US\$ 20.528
PIB PPP (2009):	US\$ 232,2 bilhões
PIB PPP PER CAPITA (2009):	US\$ 21.700
UNIDADE MONETÁRIA:	EURO (€)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL→ PORTUGAL	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio:	1.158,02	1.253,7	1.781,1	2.146,04	2.322,7	1.710,11
Exportações	967,31	1.021,4	1.468,5	1.804,9	1.706,8	1.276,92
Importações	190,72	232,27	312,60	341,13	615,93	433,18
Saldo	776,58	789,17	1.155,9	1.463,7	1.090,8	843,73

ANÍBAL CAVACO SILVA
Presidente da República Portuguesa

Aníbal Cavaco Silva nasceu em 15 de Julho de 1939, em Boliqueime, Loulé (Algarve). É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, e doutorado em Economia pela Universidade de York, Reino Unido. É casado com Maria Alves da Silva Cavaco Silva. O casal tem dois filhos e cinco netos.

O Presidente Aníbal Cavaco Silva tem o seu nome associado, como Primeiro-Ministro, ao período da mais duradoura estabilidade política registrado em Portugal nas últimas décadas. Único líder partidário a conquistar duas maiorias absolutas consecutivas, o que o tornou no Primeiro-Ministro português que mais tempo permaneceu em funções em democracia (1985-1995), Cavaco Silva deixou, nos seus mandatos como governante, uma marca de determinação e firmeza na aplicação de um vasto conjunto de reformas estruturais, que promoveram a democratização e a liberalização da sociedade e da economia portuguesas.

Exerceu o cargo de Ministro das Finanças e do Plano em 1980-81, no governo do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, e foi Presidente do Conselho Nacional do Plano entre 1981 e 1984. Presidiu ao Partido Social Democrata (PSD) entre Maio de 1985 e Fevereiro de 1995. No período de 1995 a 2005, Aníbal Cavaco Silva afastou-se da vida política ativa, dedicando-se à atividade académica.

Em 9 de março de 2006, Aníbal Cavaco Silva tomou posse como 19º Presidente da República Portuguesa. Fora eleito, em primeiro turno, nas eleições presidenciais de 22 de janeiro.

Foi docente do ISCEF, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, quando foi eleito Presidente da República, era Professor Catedrático na Universidade Católica Portuguesa. Foi investigador da Fundação Calouste Gulbenkian e dirigiu o Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, instituição à qual regressou posteriormente como consultor.

O Presidente Cavaco Silva é Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de York (Reino Unido), La Coruña (Espanha), Goa (Índia), León (Espanha) e Heriot-Watt (Edimburgo, Escócia), membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Espanha, do Clube de Madrid para a Transição e Consolidação Democrática e da Global Leadership Foundation.

JOSÉ SÓCRATES CARVALHO PINTO DE SOUZA
Primeiro-Ministro

Nascido em 6 de setembro de 1957, em Vilar de Maçada (Concelho de Alijó). Divorciado, dois filhos. É licenciado em Engenharia Civil e tem uma pós-graduação em Gestão de Empresas (MBA).

Tomou posse como Primeiro-Ministro do XVII Governo Constitucional, em 12 de Março de 2005 e do XVIII Governo Constitucional, em 26 de outubro de 2009. Foi eleito Secretário-Geral do Partido Socialista em Setembro de 2004.

Exerceu anteriormente cargos governativos como Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente, de 1995 a 1997; Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro de 1997 a 1999; e Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 1999 a 2002.

No Partido Socialista, foi Presidente da Federação Distrital de Castelo Branco, de 1986 a 1995; porta-voz para a área do Ambiente, de 1991 a 1995; e é, desde 1991, membro do Secretariado Nacional e da Comissão Política.

Eleito deputado, pelo círculo de Castelo Branco, desde 1987, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de 2002 a 2005.

Antes de exercer atividade política foi engenheiro técnico na Câmara Municipal da Covilhã, de 1981 a 1987.

LUÍS FILIPE MARQUES AMADO
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 17 de Setembro de 1953, é casado e tem dois filhos. Obteve a licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.

Foi auditor do Curso de Defesa do Instituto de Defesa Nacional e auditor do Tribunal de Contas, além de professor visitante na Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Exerceu mandato como deputado da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e, posteriormente, como deputado da Assembleia da República. No Partido Socialista, ocupou o cargo de Secretário Nacional para as Relações Internacionais.

Entre os anos de 1995 e 1997, Luís Amado foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. A seguir, entre 1997 e 1999, foi o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Na administração seguinte, entre 1999 e 2002, exerceu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

No governo de José Sócrates, em março de 2005, recebeu a pasta do Ministério da Defesa Nacional e, desde 3 de julho de 2006, tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Trata-se de um relacionamento maduro, há muito consolidado. O instrumento basilar dessas relações, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, prevê, *inter alia*, em seu artigo 4º, a realização de Cimeiras anuais dos dois Governos, presididas pelos chefes dos respectivos Executivos. A nona e última Cimeira se realizou em 28 de outubro de 2008, em Salvador. A próxima Cimeira terá lugar no dia 17 de maio de 2010, em Lisboa.

Ademais do agendamento da X Cimeira bilateral e da realização, em abril de 2010, em Brasília, da reunião da Comissão Permanente e de suas Subcomissões, caberia mencionar alguns eventos vinculados ao relacionamento bilateral nos últimos anos:

- i) I Cimeira Brasil-UE, em julho de 2007, em Lisboa, quando, sob a égide da presidência portuguesa do Conselho da UE, foi firmada a parceria estratégica Brasil-UE;
- ii) Visita do Presidente Cavaco Silva ao Brasil, em março de 2008, no âmbito das comemorações dos 200 anos da partida da família real portuguesa para o Brasil;
- iii) III Reunião da Comissão Permanente Bilateral, em setembro de 2008;
- iv) Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, a Brasília, em 10 de outubro de 2008;
- v) IX Cimeira Brasil-Portugal, em Salvador, em 28 de outubro de 2008;
- vi) Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em 5 de janeiro de 2009, a Portugal.

Durante a III Reunião da Comissão Permanente Bilateral, Brasil e Portugal comprometeram-se a resolver questões pontuais sobre legislação de comércio e investimentos nos dois países e reconheceram a prioridade dos temas de investimento, energia e turismo. O Brasil propôs a criação de esquema de colaboração migratória nos moldes dos estabelecidos com Espanha, França, Reino Unido e Irlanda. Os dois países também comprometeram-se a criar um mecanismo de consultas bilaterais sobre nacionais no exterior, circulação de pessoas e outros temas consulares, assinado posteriormente, em outubro de 2008.

Na IX Cimeira Brasil-Portugal, os dois países sublinharam a importância da cooperação bilateral na busca de soluções para a crise

financeira internacional. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de Portugal destacou o crescimento do intercâmbio comercial bilateral e dos investimentos brasileiros em Portugal, em particular a decisão da Embraer de instalar duas fábricas de componentes de aeronaves em Portugal. O Primeiro-Ministro José Sócrates assinalou a importância de "aliar-se a um Brasil que se afirma como potência na cena mundial".

Assuntos Consulares e Migratórios

A questão da imigração ocupa lugar central na agenda diplomática luso-brasileira. O problema da imigração irregular levou Brasil e Portugal a firmarem, em 2003, o Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais (Acordo Lula), que vigorou até 2008 e permitiu a regularização da situação migratória de cerca de 20 mil brasileiros em Portugal.

O exercício da odontologia por cidadãos brasileiros em Portugal foi equacionado, em grande medida, pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC), assinado em 2000. Os casos remanescentes deverão ser encaminhados pela Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e a seu Exercício, no âmbito da Comissão Permanente Bilateral.

Em 2007, entrou em vigor a nova Lei de Imigração portuguesa, que contribuiu para tornar mais célere o processo de regularização de imigrantes.

Em 2008, por ocasião da IX Cimeira Brasil-Portugal, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares. Concebido nos moldes de iniciativas semelhantes com a Espanha, a França e o Reino Unido, o mecanismo resultou de proposta brasileira de elevação do padrão de relacionamento bilateral em matéria migratória.

A Adidância Policial do Brasil junto à Embaixada em Lisboa, criada em 2009, revelou-se um instrumento eficaz para o encaminhamento de matérias ligadas à segurança e à cooperação policial e judicial.

A despeito do recente equacionamento de problemas relacionados à questão migratória, a associação negativa entre imigração e criminalidade, explorada com alguma frequência pela imprensa portuguesa, bem como a tendência crescente à estigmatização da imagem da mulher brasileira na sociedade local, constituem fenômenos preocupantes, que merecem atenção especial das autoridades portuguesas.

Portugal não apresenta problemas de instrumentalização política sistemática da questão migratória. A condição simultânea de país de origem e destino de movimentos migratórios condiciona sua postura construtiva na

matéria. Entre os esforços empreendidos pelo país nessa área, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Portugal possui uma economia aberta, fortemente apoiada no setor exportador. Seu principal parceiro comercial é a UE, que responde por cerca de 75% de seu comércio exterior. Seus principais parceiros comerciais são a Espanha, a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e os EUA. As principais importações portuguesas são constituídas de automóveis, combustíveis, máquinas e químicos. As exportações concentram-se em automóveis, máquinas, vestuário, calçados, produtos plásticos e cortiça.

A Crise Financeira e as Contas Públicas Portuguesas

A previsão de crescimento do PIB português para 2010 é de apenas 0,5%. Nos próximos cinco anos, o FMI prevê crescimento de 1,3% a.a.

Os "credit default swaps" (CDS) da dívida da República Portuguesa estão sendo negociados em níveis equivalentes aos registrados em fevereiro de 2009, quando a crise financeira internacional era mais intensa. Os papéis portugueses chegaram, inclusive, a atingir valor acima do preço dos CDS das Obrigações do Tesouro Nacional brasileiro, situação até então inédita.

O valor do déficit público português em 2009 (9,3%) situou-se significativamente abaixo do déficit público da Grécia (13%). No entanto, verificou-se pequena redução de 2009 para 2010: apenas um ponto porcentual. A dívida pública (76% do PIB no final de 2009) encontra-se bastante abaixo da dívida pública da Grécia (113%).

As comparações entre as situações financeiras de Portugal e da Grécia provocaram danos na imagem de Portugal e repercutiram no risco pago pelo país. Já ocorreu alguma correção no risco percebido pelos mercados.

Comércio Bilateral

As trocas comerciais Brasil-Portugal somaram US\$ 1,71 bilhões em 2009, a corrente de comércio mais baixa dos últimos quatro anos. A balança comercial continua sendo amplamente favorável ao Brasil, com saldo superior a US\$ 840 milhões. Em 2009, o Brasil exportou para Portugal o equivalente a US\$ 1,28 bilhão, número que traduz uma queda de 25% em comparação com 2008. As exportações portuguesas para o mercado brasileiro recuaram 27% em 2009, para US\$ 433 milhões, após terem atingido, em 2008, o recorde de US\$ 598 milhões.

Cerca de 35% das exportações do Brasil para Portugal são compostas por combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais (sobretudo petróleo). Sementes, frutos oleaginosos e grãos (majoritariamente soja) correspondem a 21% do total. A categoria ferro fundido, ferro e aço alcança 7,1%. Outras categorias importantes são plásticos, máquinas mecânicas, minérios, madeira carvão vegetal e obras de madeira, açúcares e produtos de confeitaria, frutas e calçado.

Em 2009, gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (principalmente azeite de oliva) constituíram os principais produtos de exportação portuguesa para o Brasil, com 28% do total. Além destes, continuam a ter presença importante os chamados "produtos da saudade", como peixes e crustáceos e moluscos (12%) e bebidas, sobretudo o vinho (6%). Portugal também exporta produtos com maior valor agregado, como maquinaria mecânica (10%) e elétrica (7%). Outros itens importantes são minérios, frutas, plásticos e veículos automóveis e suas peças.

A despeito do reduzido peso de Portugal no comércio externo brasileiro, a corrente de comércio entre os dois países aumentou consideravelmente nos últimos anos, quase triplicando entre 2003 (US\$ 771,8 milhões) e 2007 (US\$ 1,804 bilhões, recorde histórico). O superávit comercial brasileiro é característica marcante do relacionamento comercial bilateral.

Investimentos Bilaterais

Desde 1998, Portugal terá investido no Brasil aproximadamente EUR 20 bilhões. São mais de 600 empresas brasileiras com capitais portugueses, correspondendo a 110 mil postos de trabalho. Portugal foi um dos principais investidores estrangeiros no Brasil na década de 1990, ocupando hoje a sétima posição. As aplicações englobam as áreas de varejo (supermercados), energia, cimentos, telecomunicações, tecnologia da informação e, mais recentemente, turismo.

Levando-se em conta a dimensão da economia portuguesa, Portugal será possivelmente o maior investidor em termos relativos no Brasil. Embora o desinvestimento português no Brasil tenha aumentado nos últimos anos, deve-se ter presente que as empresas portuguesas têm reinvestido parte dos lucros obtidos no Brasil.

Estima-se que o estoque de recursos portugueses totais aplicados no Brasil atualmente seja da ordem US\$ 15 bilhões. Portugal seria, em termos de estoque, o terceiro maior investidor no Brasil, atrás dos EUA e da Espanha. O Brasil continua a ser o principal destino do investimento direto português.

Os dados mais recentes do Banco de Portugal indicam uma estabilização do investimento no Brasil em valores um pouco acima dos 2,2

bilhões. O Banco Central (BC) do Brasil, usando metodologia diferente, registrou entradas de investimento português no Brasil no valor de US\$ 300 milhões, em 2006, e de US\$ 468 milhões, em 2007.

O investimento direto brasileiro em Portugal somou US\$ 310 milhões em 2009, contra apenas US\$ 65 milhões no ano anterior. Com essa evolução, Portugal, que em 2008 representava 0,4% de todo o investimento direto brasileiro no exterior, tornou-se o sétimo maior destino dos capitais brasileiros em todo o mundo, com 4% do investimento do Brasil.

A empresa brasileira CSN lançou Oferta Pública de Aquisição (OPA) da cimenteira portuguesa Cimpor. A proposta foi considerada "hostil" e recusada pelos acionistas da Cimpor. A Camargo Corrêa propôs uma fusão com a Cimpor, tendo conseguido comprar a participação da Teixeira Duarte na cimenteira portuguesa, onde possui atualmente 31,17% do capital. A Votorantim, por sua vez, adquiriu a posição da Lafarge na Cimpor (17,3%).

O impacto dessas operações sobre a concorrência no setor cimenteiro brasileiro poderá ser importante, já que Cimpor Brasil, a Votorantim e a Camargo Corrêa detêm grande parte do mercado. Segundo a imprensa portuguesa, a Secretaria de Estado do Direito Econômico do Brasil estaria reunindo informações sobre a movimentação das empresas brasileiras em torno da Cimpor. O objetivo seria assegurar o cumprimento das regras de concorrência e evitar a emergência de posição dominante no mercado cimenteiro brasileiro.

A Petrobrás abriu escritório de representação em Lisboa no início de 2010. A empresa desenvolverá atividades relacionadas à exploração de petróleo na costa portuguesa, juntamente com as petrolíferas portuguesas Galp Energia e Partex.

A Embraer assinou, em 2008, acordo com Portugal para a construção de duas fábricas de componentes e materiais compósitos em Évora. São previstos investimento da ordem de EUR 148 milhões e a criação de 500 postos de trabalho especializados.

A Embraer tem planos para fabricação de diversas estruturas e componentes para o novo cargueiro militar KC-390. A iniciativa poderá traduzir-se em novos negócios para várias empresas portuguesas. A Embraer identificou 16 possíveis fornecedores locais, que poderão apresentar propostas comerciais para o KC-390 e para as fábricas de produção de peças. A eventual compra de unidades do KC-390 por parte do governo português, não sendo condição sine qua non para a Embraer, poderá contribuir para a escolha de Portugal como local de montagem do aparelho, elevando os postos de trabalho a 3.000 e propiciando a formação de um "cluster" aeronáutico no país.

POLÍTICA INTERNA

O regime político português corresponde, em linhas gerais, ao modelo de democracia liberal europeia, caracterizado por eleições livres com alternância de poder e pelo respeito aos valores democráticos e às liberdades e direitos fundamentais. O semipresidencialismo é o sistema de governo vigente no país.

O sistema partidário português consolidou-se em torno do eixo de competição formado pelos dois maiores partidos: o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). Os demais partidos mais importantes são o Centro Democrático e Social - Partido Popular (CDS-PP), o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Os dois últimos integram a Coligação Democrática Unitária (CDU). Aníbal Cavaco Silva (PSD) é o Presidente da República, e José Sócrates (PS), o Primeiro-Ministro.

Nas eleições de 27 de setembro de 2009, o PS perdeu a maioria absoluta na Assembleia da República, mas manteve-se como o partido mais votado, com 36% dos votos (96 deputados). O PSD ficou em segundo lugar, com 29% dos votos (78 deputados). O CDS-PP alcançou 10% dos votos (21 deputados). O BE e a CDU ficaram, respectivamente, com 9% (16 deputados) e 7% (15 deputados) dos votos.

Em 26 de outubro de 2009, tomou posse o XVIII Governo Constitucional, que manteve oito ministros do governo anterior (entre os quais, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Presidência) e nomeou oito novos ministros.

A movimentação política no início de 2010 parece indicar que a perda da maioria absoluta na Assembleia da República levou o governo a retomar o sistema de alianças pontuais com a oposição.

Após intensas negociações, o governo remeteu à Assembleia da República, no dia 26 de janeiro, a proposta de Orçamento do Estado para 2010, que procura conciliar a diminuição do déficit público (9,3% do PIB) com a necessidade de reduzir o desemprego (cerca de 10%) e assegurar a estabilidade social e política. Os partidos de esquerda (PCP, PEV e BE) preferiram manter distância do governo. Os partidos de centro-direita (PSD e CDS-PP), acenaram com a possibilidade de viabilizar o orçamento.

O governo logrou aprovar, em 8 de Janeiro, com o apoio dos partidos de esquerda (PCP, BE e PEV), lei que autoriza o casamento entre indivíduos do mesmo sexo. O PM empenhou-se pessoalmente na aprovação da lei (o tema constava de seu programa de campanha) e impôs disciplina partidária aos deputados do PS durante a votação. O PSD, favorável apenas a uma espécie

de "união civil", concedeu liberdade de voto a seus parlamentares. Por outro lado, o CDS-PP, que havia proposto a realização de um plebiscito, votou contra a aprovação da lei.

POLÍTICA EXTERNA

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a política externa portuguesa estrutura-se em três vetores principais: o europeu, o lusófono e o atlântico. O projeto de integração europeu ocupa lugar central entre suas principais diretrizes, particularmente em virtude do elevado grau de consenso doméstico quanto à importância da UE para o país.

A participação portuguesa no projeto europeu impulsionou o desenvolvimento social e econômico do país, ao facultar-lhe livre acesso ao mercado europeu e aos fundos de investimentos em infra-estrutura ("fundos de coesão" da UE), e fortaleceu sua dimensão européia.

Em 1º de dezembro de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa, que se converteu na principal referência normativa da UE, ao lado do Tratado de Roma (Tratado sobre o Funcionamento da UE) e do Tratado de Maastricht (Tratado da União Européia). Foram criados os cargos de Presidente do Conselho Europeu, ocupado pelo belga Herman Van Rompuy, e de Alto Representante para a Política Externa e de Defesa, ocupado pela britânica Catherine Ashton. Em cerca de 40 domínios, a unanimidade deixou de ser necessária para o processo decisório, mantendo-se apenas para as políticas fiscal, externa, de defesa e de segurança social.

A Espanha exerce poderosa influência sobre o imaginário português. A pujança do país vizinho é quase invariavelmente cotejada com o que aqui se considera ser a menor expressão internacional de Portugal. A conversão de ambos os países em membros da UE, em 1986, bem como a intensificação das relações comerciais bilaterais, vem produzindo alterações importantes na percepção portuguesa.

O segundo vetor da política externa portuguesa é constituído pelo relacionamento com as ex-colônias africanas. Nesse caso, os laços históricos funcionam como elemento propulsor das iniciativas. Portugal procura apresentar-se como interlocutor privilegiado e fiador dos interesses dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau) junto à UE. As relações com os PALOPs caracterizam-se pela complexidade e por sentimentos decorrentes do período de colonização portuguesa.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) desempenha papel importante no quadro das relações de Portugal com os países lusófonos. O organismo permite ao país aumentar seu peso específico nos foros multilaterais, ao mesmo tempo em que contribui para diluir as iniciativas portuguesas menos palatáveis aos PALOPs.

O terceiro vetor da política externa portuguesa é definido por suas relações atlânticas. Nesse contexto, destaca-se o compromisso de Portugal com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A realização da cimeira da aliança em Portugal, em 2010, deverá contribuir para aumentar a densidade desse vetor no curto prazo.

No âmbito multilateral, Portugal tem insistido na necessidade de reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, onde apoia o pleito brasileiro a um assento permanente e onde buscará assento como membro não-permanente para o biênio 2011-2012.

São as seguintes as principais diretrizes da política externa portuguesa para o período que se iniciou com a posse do novo governo, em outubro de 2009: i) participação ativa no processo de reorganização do sistema internacional, valorização das relações históricas com países situados fora do espaço europeu; ii) fortalecimento da construção européia, particularmente mediante a defesa dos compromissos assumidos em torno do alargamento da UE, da implementação do Tratado de Lisboa e do aumento da legitimidade democrática do projeto de integração; iii) internacionalização da economia portuguesa, com ênfase na necessidade de aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos para Portugal; iv) consolidação das políticas de cooperação como instrumento de afirmação dos interesses portugueses; v) internacionalização da língua portuguesa; e vi) valorização das comunidades portuguesas no exterior - são mais de 4 milhões de pessoas, que remetem anualmente ao país cerca de 2,6 bilhões de euros (1,7% do PIB, segundo dados de 2008) e elegem 4 representantes para a Assembleia da República).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1807 – Invasão francesa e transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.
- 1816 – Instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- 1820 – Revolução Liberal do Porto.
- 1822 – Independência do Brasil.
- 1822 – Nova Constituição, inspirada na Constituição Francesa de 1791.
- 1826 – Morte de D. João VI levanta crise de sucessão ao trono português (1826-1834).
- 1826 – Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa.
- 1828 – Início da Guerra Civil Portuguesa (até 1834).
- 1876 – Criação do Partido Republicano.
- 1908 – Atentado contra o Rei D. Carlos e o Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe.
- 1910 – Deposição de D. Manuel II e proclamação da República Portuguesa.
- 1926 – Golpe militar.
- 1928 – Antônio de Oliveira Salazar assume o Governo de Portugal.
- 1932 – Salazar torna-se Ministro das Finanças e Presidente do Conselho de Ministros.
- 1933 – Nova Constituição Portuguesa.
- 1949 – Portugal ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
- 1955 – Ingresso de Portugal na Organização das Nações Unidas.
- 1961 – Tropas da Índia invadem os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu.
- 1961 – Guerra de independência em Angola. Início da Guerra do Ultramar (até 1974).
- 1974 – Revolução dos Cravos. O poder é assumido pela Junta de Salvação Nacional.
- 1975 – Realizam-se as primeiras eleições democráticas.
- 1975 – Independência das colônias africanas.
- 1976 – Promulgação da atual Carta Constitucional.
- 1986 – Adesão à União Européia.
- 1996 – Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- 1999 – Portugal é um dos onze países fundadores do euro.
- 2002 – Independência do Timor-Leste.
- 2006 – Aníbal Cavaco Silva é eleito Presidente de Portugal.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1808** – Chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro.
- 1816** – Instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- 1822** – Independência do Brasil.
- 1991** – Visita oficial do Primeiro-Ministro Aníbal António Cavaco Silva ao Brasil e realização da I Cimeira Luso-Brasileira.
- 1995** – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da II Cimeira Luso-Brasileira.
- 1997** – Visita do Primeiro-Ministro António Manuel de Oliveira Guterres ao Brasil e realização da III Cimeira Luso-Brasileira, em Brasília.
- 1999** – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da IV Cimeira Luso-Brasileira.
- 2000** – Visita oficial do Presidente Jorge Sampaio ao Brasil e assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta.
- 2001** – Realização da V Cimeira Luso-Brasileira, em Brasília.
- 2002** – Instalação da Comissão Permanente Brasil-Portugal, em Lisboa.
- 2002** – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da VI Cimeira Luso-Brasileira.
- 2004** – Visita do Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso ao Brasil e realização da VII Cimeira Luso-Brasileira.
- 2004** – Visita do Primeiro-Ministro Pedro Miguel Santana Lopes para as comemorações do Sete de Setembro.
- 2004** – Realização da II Reunião da Comissão Permanente Brasil-Portugal, em Brasília.
- 2005** – Visita do Chanceler Freitas do Amaral ao Brasil.
- 2005** – Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e realização da VIII Cimeira Brasil-Portugal, na cidade do Porto.
- 2006** – Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro José Sócrates.
- Março de 2008** – Visita ao Brasil do Presidente Cavaco Silva, na comemoração do Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.
- Outubro de 2008** – Visita do Primeiro-Ministro José Sócrates e realização da IX Cimeira Brasil-Portugal, em Salvador.
- Janeiro de 2009** – Visita do Ministro Celso Amorim a Lisboa.

ATOS BILATERAIS

ATOS BILATERAIS				
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PROMULGAÇÃO	
			Decreto nº	Data
Declaração para a Proteção das Marcas de Fábrica e de Comércio.	29/10/1879	29/10/1879	8121	28/05/1881
Acordo Relativo ao Cumprimento de Cartas Rogatórias.	31/08/1895	31/08/1895		
Convenção de Arbitramento.	25/03/1909	29/05/1911	8766	31/05/1911
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística.	26/09/1922	09/04/1924	16452	09/04/1924
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/04/1923	01/05/1923		
Tratado de Comércio.	26/08/1933	23/02/1934	3933	07/02/1934
Acordo Telegráfico.	30/04/1943	01/07/1947		
Convenção Ortográfica.	29/12/1943	01/01/1944	14533	18/01/1944
Declaração Conjunta sobre a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta Concluído entre os dois Países a 16 de novembro de 1953.	11/06/1957	11/06/1957		
Declaração Conjunta sobre as Relações Econômicas.	09/08/1960	09/08/1960		
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	62521	15/04/1968
Acordo de Comércio.	07/09/1966	21/04/1968	62647	03/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	07/09/1966	16/12/1967	62126	16/01/1968
Declaração sobre Cooperação Econômica.	07/09/1966	07/09/1966		
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Consules de Carreira de ambos os Estados.	29/05/1969	29/05/1969		
Protocolo de Intenções sobre Indústria Naval.	11/07/1969	11/07/1969		
Ajuste para a Concessão de Bolsas de Estudo a Instrutores Brasileiros, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 07 de setembro de 1966.	15/07/1970	15/07/1970		
Parecer Conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa ao Projeto (504/67) de Reforma Ortográfica.	22/04/1971	15/01/1972		
Convênio sobre Rádioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972		

Acordo, PTN., Relativo ao Cumprimento das Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal sobre Investimentos Recíprocos.	23/05/1978	23/05/1978		
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978	23/09/1980	85270	21/10/1980
Acordo, por Troca de Notas, Definindo e Pondo em Vigor o Ajuste entre o Cons. Nac. de Desenv. Cient. e Tec. do Brasil e a Junta Nac. de Invest. Científica e Técnica de Portugal, de 02/02/81, como Ajuste Comp ao Acordo Básico de Coop. Téc. de 07/09/66.	03/02/1981	03/02/1981		
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	87375	09/07/1982
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	91332	14/06/1985
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	87185	18/05/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Conv. entre o Cons. Nac. de Desenv. Cient. e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Inst. de Invest. Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983		
Protocolo para um Projeto de Microfilmagem de Documentos de Interesse para a Memória Nacional de Portugal e do Brasil.	15/12/1983	15/12/1983		
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	99164	12/03/1990
Ata que Acordam para Criar uma Comissão Binacional, Encarregada de Programar, Preparar e dar Execução às Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.	26/03/1987	26/03/1987		
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa.	03/04/1987	03/04/1987		
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social.	07/05/1991	25/03/1995	1457	17/04/1995
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal.	07/05/1991	01/12/1994	1320	30/11/1994
Memorandum de Entendimento sobre Transportes Marítimos.	07/05/1991	07/05/1991		
Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993		

Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social.	07/05/1991	25/03/1995		
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	07/05/1991	20/04/1994	1179	04/07/1994
Acordo de Cooperação para a Redução da Procura Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.	07/05/1991	18/06/1995	1625	08/09/1995
Tratado de Extradicação.	07/05/1991	01/12/1994	1325	02/12/1994
Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	1103	04/04/1994
Memorando de Entendimento (Cirurgiões Dentistas)	09/02/1994	09/02/1994		
Memorandum de Entendimento - Protocolo de Acordo de Intercâmbio de Militares entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Portuguesa.	04/07/1994	04/07/1994		
Protocolo de Alteração ao Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, de 23 de maio de 1978.	10/10/1994	09/12/1995	1846	28/03/1996
Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países.	20/07/1995	03/07/1997	2285	24/07/1997
Memorando de Entendimento sobre Consultas nos Planos Políticos, Econômico e Cultural.	20/07/1995	20/07/1995		
Memorando de Entendimento sobre a Futura Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático.	15/04/1996	15/04/1996		
Ajuste Complementar, ptn., ao Acordo de Cooperação Técnica de 07 de setembro de 1966, sobre o Intercâmbio de Especialistas para Desenvolver Atividades no Âmbito da Reforma e Modernização da Administração Pública.	28/02/1997	28/02/1997		
Declaração Conjunta sobre Direitos Humanos	08/09/1998	08/09/1998		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Relativo ao Intercâmbio de Informações na Área das Telecomunicações	17/04/1999	17/04/1999		
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta	22/04/2000	05/09/2001	3927	19/09/2001
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	4012	13/11/2001

Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Protocolo de Colaboração e Empréstimo de seis Bi-fólios da Carta de Pero Vaz de Caminha	27/03/2001	27/03/2001		
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	05/09/2001	05/09/2001		
Memorandum de Entendimento para a Criação de Mecanismos de Consultas Bilaterais na Área de Cooperação para o Desenvolvimento	05/09/2001	05/09/2001		
Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos.	05/09/2001	05/09/2001		
Convênio entre o Departamento Cultural do MRE do Brasil e o Instituto Camões do Min. dos Negócios Estrangeiros de Portugal.	05/09/2001	05/09/2001		
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas	05/09/2001	28/11/2004	5.366	03/02/2005
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	05/09/2001	23/03/2006	5.767	02/05/2006
Protocolo de Cooperação para Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Sustâncias Psicotrópicas.	12/06/2002	05/05/2004		
Retificação do Artigo 9º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta.	11/09/2002	11/10/2002		
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	3/01/2007	6.058	8/3/2007
Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais.	11/07/2003	19/10/2003		
Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Imigrantes	11/07/2003	12/09/2004		
Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	6.427	07/04/2008
Comunicado Conjunto	13/02/2004	13/02/2004		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países.	08/03/2004	08/03/2004		
Declaração Conjunta por Ocasão da VII Cimeira Brasil-Portugal	08/03/2004	08/03/2004		
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Mudança de Clima e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.	13/10/2005	13/10/2005		

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009	23/11/2005	1/1/2006		
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas	28/10/2008	28/10/2008		
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares	28/10/2008	28/10/2008		

Aviso nº 132 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

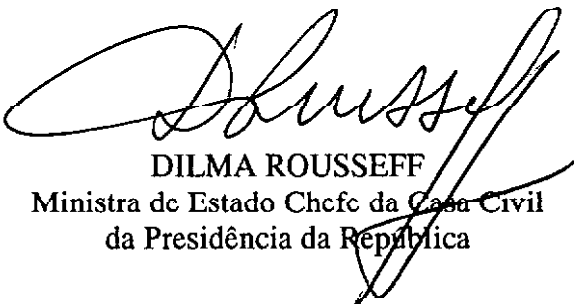
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, 16/3/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS: 11093/20010)